

AS ORGANIZAÇÕES PODEM CONSTITUIR UM ESPAÇO PRIVILEGIADO NA SOCIEDADE PARA ABSORVER, IMPLEMENTAR E DISSEMINAR NOVOS MODELOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM BUSCA DE UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, MAIS COLABORATIVA E EFETIVAMENTE SUSTENTÁVEL.





Em 2008, em Nova York, o segurança temporário da rede de lojas Wal-Mart, **Jdimytai Damour**, 34 anos, foi pisoteado até a morte por uma turba de consumidores. Eram cinco da manhã quando mais de duas mil pessoas arrebentaram as portas de vidro de uma loja da rede e mataram Damour na ânsia de adquirir uma HDTV de plasma em liquidação. Em 2015, na Síria ou em mares próximos a Lampedusa, na Itália, multidões de refugiados, migrantes, famintos, doentes e desesperados vagam, quando também não morrem aos milhares, em busca de um pedaço de pão e um pouco de água.

São contrapontos, entre tantos outros, que evidenciam a urgência de repensar o atual modelo de crescimento econômico. Afinal, para onde caminhamos? Produzimos tantos bens materiais para quem e para quê? Hoje consumimos recursos naturais equivalentes a 1,5 planeta e, nessa toada, precisaremos de dois planetas antes de 2050. Em São Paulo, já vivemos uma crise hídrica inusitada e relacionada às temidas mudanças climáticas que ameaçam a estabilidade sociopolítica em várias regiões no mundo. Hora de repensar o modo de pensar, viver, produzir e consumir.



Há uma consciência global de que algo está errado e que a sociedade humana precisa mudar hábitos, formas de pensar, produzir e consumir. Hora de crescer com limites.

No livro *Prosperidade sem Crescimento*, o escritor e professor norte-americano **Tim Jackson**¹ defende que um crescimento econômico infinito em um planeta finito coloca em risco as gerações presentes e futuras. E diz que as mudanças climáticas são a "mãe de todos os limites". Difícil contestá-lo, pois, sob temperaturas extremas e consequentes catástrofes naturais, não há chance de sobrevivência para a maioria das espécies — inclusive a humana.

Segundo a ONU, 1,6 bilhão de pessoas vivem em regiões com escassez absoluta de água pelo menos uma vez por ano. Até 2025, dois terços da população mundial podem ser afetados pela crise hídrica. São números importantes, porque a falta de água e a poluição de suas fontes influenciam todos os ciclos naturais dos ecossistemas. provocam deseguilíbrio ambiental e colocam em risco a estabilidade socioeconômica e política nas regiões afetadas. Dados da Organização Meteorológica Mundial (OMM) mostram que, nos últimos 40 anos, mais de 8.8 mil desastres naturais causaram cerca de 1,94 milhão de mortes e perdas econômicas de U\$ 2,3 trilhões no mundo. Estimativas mostram que até 2050 o planeta terá entre 250 milhões e 1 bilhão de refugiados do clima. Portanto, não há tempo a perder. Em mais uma tentativa de alinhar as nações em torno de um acordo

global para reduzir as emissões de gases de efeito

estufa, responsáveis pelo aquecimento global, em

dezembro de 2015, será realizada em Paris a COP 21 – Conferência da ONU sobre o Clima. A ideia é que todos os países contribuam para limitar o aumento da temperatura na Terra apenas a 2°C acima dos níveis anteriores à Revolução Industrial. Este novo acordo deve entrar em vigor em 2020 e substituir o fracassado Protocolo de Kyoto, de 1997.

Na opinião do economista indiano Pavan Sukhdev², provavelmente, essa é a nossa última oportunidade de interromper o processo de deterioração do clima. Mas ele não se mostra completamente confiante de que isso irá acontecer. "Mesmo agora, ainda está em vigência aquele velho estilo de lobby corporativo da indústria de petróleo e gás, tentando lutar contra a redução das emissões, inclusive questionando a credibilidade das pesquisas sobre mudanças climáticas. Ou seja, ainda há relutância dentro do sistema", alerta o pesquisador. Ele lembra que a oposição entre os países em desenvolvimento e as nações desenvolvidas não ajuda a avançar. "Agindo dessa forma, eles trabalham uns contra os outros. Deve haver um espírito maior de colaboração e menos espírito de confronto. O tempo de culpar o outro acabou. Isso, agora, é história. Você não pode mudar a história, mas o futuro sim. Se as lideranças reunidas na COP 21 perceberem isso — e entenderem que os olhos do mundo estão voltados para elas então, poderá haver uma mudança", avalia Sukhdev.



SOMANDO ECONOMIA COM ÉTICA

Desde o início dos anos 2000, passando pela crise financeira de 2008, observa-se que o capitalismo contemporâneo obedece a uma lógica mais fluida, menos produtiva e mais especulativa, com o dinheiro mudando de mãos rapidamente e o agravamento da concentração de renda. Percebe-se ainda, em alguns setores produtivos, a insistência em conservar um modelo de crescimento linear, ou seja, que despreza a complexidade dos ciclos da vida e o tempo de recomposição dos ecossistemas nos processos de produção, como se os recursos naturais fossem infinitos.

Entre as diversas reações a esse cenário, o professor titular da FEA-USP, **Ricardo Abramovay**³, identifica um movimento crescente que conjuga questões de sustentabilidade, ética e cultura digital nos processos de tomada de decisão empresarial. Embora isso configure um perfil da nova economia, ele entende que não há como definir um conceito fechado, mas sim caracterizar sua expressão por meio de alguns parâmetros. "Defino a nova economia, primeiramente, a partir de decisões que se pautam por preocupações éticas referentes aos impactos daquilo que se produz sobre os ecossistemas e a vida social. Em segundo lugar, pela potencialização dessas formas de produzir com o avanço cada vez maior das mídias digitais e da economia da informação", sintetiza o professor. Citando o Prêmio Nobel de Economia e economista indiano, Amartya Sen, Abramovay reitera sua defesa de reunificar a economia com a ética — disciplinas separadas a partir do século 19. "Ao retomar esse parâmetro e cada dia mais, a economia terá de

incorporar o tema das finalidades, isto é, para quê

serve aquilo que se oferece à vida social".

O professor da FEA lembra que ainda se produz em função da arrecadação de impostos, da criação de empregos e da inovação. "Mas isso não se justifica mais. Não há como oferecer alimentos com alto teor calórico se a obesidade está explodindo e a ciência mostra que existe um vínculo entre essa doença e o aumento do consumo de determinados produtos. Não adianta oferecer carros fantásticos, seguros e pesados, se eles são os grandes responsáveis pelas emissões dos gases de efeito estufa", exemplifica. Esse tipo de questionamento estava ausente do radar das empresas até pouco tempo e, hoje, constitui um dos temas cruciais, sobretudo para as grandes organizações responsáveis por cadeias globais de valor. "A Unilever quer dissociar o aumento das vendas do uso de matérias-primas e energia. A sueca **IKEA** se propõe a ser neutra até 2020, em todas suas lojas, por meio de energia solar. A Coca-Cola quer ser neutra em água no mesmo período. Talvez a única exceção dos gigantes globais sejam as empresas de combustíveis fósseis, que ainda mantêm um compromisso precário com a sociedade. Na contramão das tendências, as petrolíferas patrocinam campanhas negacionistas sobre o aquecimento global, enquanto em outros gigantes os temas socioambientais integram as estratégias de negócios e de inovação."

"Cada dia mais, a economia terá de incorporar o tema das finalidades, isto é, para quê serve aquilo que se oferece à vida social."







QUEM PAGA A CONTA

Entre as iniciativas para ajustar o crescimento econômico aos limites planetários, uma das mais polêmicas, defendida por **Pavan Sukhdev** (*ver pág. 36*), é a inclusão e a taxação do desgaste do capital natural (*ver pág. 15*) na formulação do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e também dos balanços financeiros empresariais.

A proposta, que será debatida na COP 21, pretende calcular a depreciação provocada pela atividade humana na natureza em relação à sua capacidade de absorver impactos negativos — vale tanto para recursos como madeira, água potável e terras férteis, quanto para ativos intangíveis como cultura, conhecimento tradicional e o patrimônio genético da biodiversidade no planeta.

Abramovay acredita que, em vez de taxação, o mais provável de acontecer é a atribuição de valores a elementos não precificados, como a emissão de gases de efeito estufa, o descarte do lixo, o uso da biodiversidade, entre outros. No caso das emissões já existe maior facilidade na medição e há um processo global de negociação em curso, no qual até os







Dos limites do planeta e da sociedade conectada por plataformas digitais, surgem inspirações para mudanças na gestão das organizações e na vida social.

principais produtores de bens e emissores (os gigantes fósseis) pedem o quanto antes uma taxação pela necessidade de reorganizar a gestão de longo prazo. "Saber se conseguiremos isso e em que modalidade se dará é difícil. Mas está cada vez mais próximo de acontecer", acredita o professor.

No Brasil, o setor privado é responsável por 71% do PIB e responde, ainda, por grande parte da insustentabilidade dos sistemas. Diante disso, as empresas podem constituir um espaço privilegiado para promover mudanças, a fim de construir novos modelos para uma economia de baixo carbono e buscar, nesse processo, oportunidades de inovação e maior perenidade no mercado.

Uma boa notícia é que, dos limites do planeta e da sociedade conectada por plataformas digitais, surgem inspirações para mudanças não somente nas organizações, mas também no modo de consumir — e até de produzir — da sociedade. Esta configuração da nova economia impõe transformações importantes e visíveis no dia a dia das cidades, em nossas casas, nos ambientes públicos e nas relações de trabalho e interpessoais. Veja a seguir.



CAPITAL NATURAL

Compreende a base de recursos da natureza na qual a economia se apoia para realizar os processos de produção. Por exemplo, um balanço financeiro tradicional leva em conta a quantidade anual de móveis de madeira produzidos ou de petróleo extraído para medir o crescimento de uma empresa. Ao incluir o capital natural, essa avaliação contabiliza também a depreciação que a produção causou na floresta, nas terras de extração, na cultura das populações locais ou nas relações de trabalho.